



Número: **0800421-85.2025.8.15.0551**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Remígio**

Última distribuição : **24/04/2025**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Edital**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARILIA DA SILVA SANTOS CAVALCANTE (IMPETRANTE)		GENILDO VASCONCELOS CUNHA JUNIOR (ADVOGADO)	
LUIS CLAUDIO REGIS MARINHO (IMPETRADO)		ALEXANDRA PEREIRA DE SOUZA (ADVOGADO)	
<del>1. JAQUELINE DE OLIVEIRA SALES (IMPETRADO)</del>			
MUNICIPIO DE REMIGIO (IMPETRADO)		ALEXANDRA PEREIRA DE SOUZA (ADVOGADO)	
Saionara Lucena Silva Cavalcante (IMPETRADO)		ALEXANDRA PEREIRA DE SOUZA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
12537 5398	17/10/2025 11:52	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



**Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Remígio**

0800421-85.2025.8.15.0551

**DECISÃO**

Trata-se de mandado de segurança, com pedido liminar, impetrado por Marília da Silva Santos Cavalcante – MEI em face de ato atribuído à pregoeira do Município de Remígio/PB e ao prefeito municipal, relacionado ao Pregão Eletrônico nº 00016/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal de ensino.

A impetrante alega que foi desclassificada integralmente do certame sob o fundamento de não ter apresentado proposta readequada no prazo de 24 horas, conforme solicitado pela Administração. Sustenta, contudo, que o edital previa que eventual irregularidade deveria acarretar a desclassificação apenas do item correspondente, e não da proposta em sua totalidade. Aduz, ainda, que foi exigida vistoria física de veículos, sem previsão no edital, e que houve indevida restrição ao exercício do direito de recorrer. Requer, liminarmente, a suspensão da desclassificação e dos atos subsequentes do certame.

A autoridade coatora manifestou-se pelo indeferimento da liminar, defendendo a legalidade de seus atos e afirmando que a desclassificação decorreu do descumprimento de obrigação editalícia. O Ministério Público opinou pelo deferimento da medida liminar, por vislumbrar a plausibilidade das alegações e o risco de ineficácia da tutela caso o processo licitatório seja homologado e adjudicado antes do julgamento do mérito. É o relatório.

**Passo a decidir.**

Nos termos do artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.016/2009, a concessão de liminar em mandado de segurança exige a presença cumulativa de dois requisitos: o fundamento relevante (*fumus boni iuris*) e o risco de ineficácia da medida (*periculum in mora*). O primeiro diz respeito à plausibilidade jurídica do direito alegado, isto é, à probabilidade de que o ato impugnado tenha sido praticado em desconformidade com o ordenamento jurídico. O segundo requisito refere-se ao risco de que a demora na prestação jurisdicional torne ineficaz a tutela reclamada, causando prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação à parte impetrante.

No caso concreto, em análise perfunctória própria deste momento processual, verifica-se a presença de ambos os requisitos legais.



Quanto à probabilidade do direito, observa-se que o edital do Pregão Eletrônico nº 00016/2025, em sua cláusula 11.4.3, estabelece que eventual desclassificação decorrente de falhas pontuais deve atingir apenas o item correspondente, e não a proposta como um todo. A desclassificação integral da impetrante, que havia sido classificada em diversos itens distintos, aparenta contrariar a regra editalícia e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no artigo 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, a impetrante alega que foi exigida a realização de vistoria física de veículos, exigência que não constava expressamente do edital, o que, em tese, configuraria violação aos artigos 63, §§ 2º e 3º, e 64 da Lei nº 14.133/2021, os quais vedam a criação de exigências não previstas previamente no instrumento convocatório. Tal prática, se confirmada, afrontaria o princípio da legalidade administrativa, consagrado no artigo 37, caput, da Constituição Federal.

Esses elementos conferem plausibilidade ao direito invocado, conforme bem ressaltado no parecer ministerial, indicando que o ato administrativo impugnado pode ter extrapolado os limites da discricionariedade e ferido a observância obrigatória das regras editalícias.

Já o perigo de dano também se encontra configurado. O processo licitatório encontra-se encerrado, com a sessão pública finalizada e a fase de adjudicação e homologação iminente, conforme registros oficiais datados de 22/04/2025. A continuidade dos atos administrativos, com eventual assinatura de contrato com licitantes remanescentes, poderá esvaziar por completo a utilidade da prestação jurisdicional, tornando inócuo o exame de mérito e causando prejuízo irreversível à impetrante.

A suspensão temporária dos efeitos da desclassificação e dos atos subsequentes do certame, ao contrário, não acarreta prejuízo grave à Administração, que poderá adotar medidas alternativas para garantir a prestação do serviço público essencial de transporte escolar, caso necessário, até o julgamento definitivo do writ.

**ISTO POSTO**, presentes os requisitos legais, **defiro o pedido liminar** para suspender os efeitos da desclassificação integral da impetrante, devendo ser mantida apenas a desclassificação relativa ao item 35 do edital, em razão do descumprimento das exigências previstas no instrumento convocatório, e determinar a suspensão da adjudicação e da homologação do Pregão Eletrônico nº 00016/2025, bem como qualquer contratação referente ao certame, até o julgamento final do presente mandado de segurança.

Haja vista que as manifestações contidas nos autos se referem à medida liminar pleiteada, passo a dar andamento do processo, com a determinação de notificação da autoridade coatora para informações no prazo de 10 (dez) dias.

Habilite-se a advogada da autoridade coatora, ID 122898278.

Notifique-se o ente federado.

Em seguida, vista ao Ministério Público para parecer final.

Por fim, conclusos para julgamento.



Remício (PB), data e assinatura eletrônicas.

**JULIANA DANTAS DE ALMEIDA**

Juíza de Direito

